

O debate da estagnação e perspectivas de um padrão de desenvolvimento no Brasil

Matheus F. F. Avila¹

Niemeyer Almeida Filho²

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a existência de um padrão de desenvolvimento econômico na economia brasileira. Para isso, será retomada a discussão, acerca dos padrões de desenvolvimento, mais especificamente tanto a partir do debate da transição ao capitalismo quanto da leitura de Tavares/ Serra (1973) e de Furtado (1968, 1973), que protagonizaram o debate da estagnação dos anos 1970. Essa recuperação histórica é fundamental para fincar bases sobre o que é um padrão de desenvolvimento dentro do pensamento econômico brasileiro, e mostrar como o debate da estagnação dialoga com os dependentistas marxistas, além de servir elementos que coloquem em discussão suas heranças em perspectiva.

Palavras-chave: Transição; Padrão de desenvolvimento; Estagnação; Celso Furtado.

Abstract: The objective of this paper is to discuss the existence of a pattern of economic development in the Brazilian economy. For this, the discussion about development patterns will be resumed, more specifically from the debate on the transition to capitalism and from the reading of Tavares / Serra (1973) and Furtado (1968, 1973), who led the debate on the stagnation in the 1970s. This historical recovery is essential to bring the foundations on what a pattern of development is within Brazilian economic thought, and to show how the stagnation debate dialogues with dependence Marxist theory, in addition to serving as elements that bring into question their inheritances in perspective.

Keywords: Transition; Development pattern; Stagnation; Celso Furtado.

¹ Discente e bolsista CAPES, do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU). Coordenador-geral da Associação de Pós-graduandos (APG) da UFU.

² Professor Titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Professor do corpo permanente dos programas de pós-graduação em Economia e de Relações Internacionais do IERI-UFU.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é discutir o padrão de desenvolvimento da economia brasileira, a partir de debates do pensamento econômico brasileiro. O ponto de partida é o padrão de desenvolvimento histórico, que resulta do processo de transição ao capitalismo, que pode ser percebido já no início dos anos 1970. Há ampla literatura sobre esse tema. Contudo, nossa opção é retomar o debate sobre a tendência à estagnação econômica no Brasil, protagonizado por Celso Furtado e Tavares & Serra, que ocorreu ao final dos anos 1960. A opção justifica-se pelo fato de que este debate ocorreu na quadra histórica de conclusão da transição ao capitalismo no Brasil, de maneira que os autores apreendem elementos fundamentais para a caracterização do padrão de desenvolvimento.

A base do debate se estabeleceu a partir das contribuições de Celso Furtado, já uma referência política e acadêmica nos anos 1960. O tema da estagnação se apresenta mais explicitamente no livro publicado em 1968 – “Estagnação e subdesenvolvimento na América Latina”. Nele, há uma formulação de um modelo de crescimento econômico cujo elemento chave é a concentração de renda, determinando a tendência à estagnação. A partir daí, são apontados limites para a sustentabilidade do crescimento, ainda que com certo dinamismo industrial, de modo a reproduzir uma estrutura desigual da distribuição de renda e subemprego dos fatores de produção, em especial a baixa absorção da mão de obra. Em outras palavras, a reprodução das desigualdades de renda podia ser funcional para a manutenção de uma taxa de lucro capaz de induzir o crescimento, porém era contrarrestada pela extensão do mercado doméstico. Celso Furtado aponta limites e contradições desse padrão de desenvolvimento desigual e concentrador para o próprio crescimento econômico e para a dinâmica econômica, no sentido de que a distribuição de renda concentrada debelaria uma demanda já fragilizada pela natureza da inserção internacional da economia, intensificando o problema da heterogeneidade estrutural, neste particular acompanhando o diagnóstico geral da CEPAL. A economia continuaria alimentando o subemprego dos fatores de produção, aprofundando a concentração de renda e o dualismo estrutural, e, assim, a ineficiência econômica implicaria em estagnação.

Três anos mais tarde, num contexto já de tensionamento dos governos militares, Tavares e Serra (1971), no artigo *Para Além da Estagnação*, contestam a visão de Furtado. Embora concordem com a característica intrínseca da economia brasileira de reproduzir desigualdades, sustentam os autores que, naquelas circunstâncias do início dos anos 1970, de

crescimento acelerado potencializado pelas reformas financeiras do PAEG, haveria espaço para crescimento tendencial. Em suma, argumentam no sentido de que o Brasil poderia crescer, superar a estagnação, e auferir certo grau de dinamismo econômico, mesmo que preservadas as estruturas de desigualdade e concentração de renda.

É precisamente sobre este debate que construiremos nossa análise. O contexto aí já é do “milagre”, com expressivas taxas anuais de crescimento. Ademais, em 1972, este debate é aprofundado pela divulgação dos dados do Censo de 1970. Esses dados, quando comparados aos dos anos 1960, mostravam aprofundamento da concentração de renda no Brasil. Houve discussão específica sobre a natureza desta concentração de renda, traduzida no livro “A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento” no Brasil, organizado por Ricardo Tolipan e Arthur Tinelli (1975).

A partir desse debate pode-se resgatar o conceito de padrão de desenvolvimento no Brasil, a saber um padrão desigual e concentrador de renda, que pode ser apreendido mediante estudos de correntes do pensamento econômico e social brasileiro dentro do debate da transição. O artigo está organizado em três seções. Além desta introdução, a segunda trata de alguns elementos essenciais do processo de transição ao capitalismo no Brasil e que são pressupostos no debate sobre a estagnação. A terceira seção trata do debate sobre estagnação propriamente dito. Na quarta discute-se em que extensão este debate para com os dependentistas marxistas e dos adeptos do desenvolvimento associado pode ser feito, mostrando sua versatilidade e protagonismo dentro do pensamento econômico brasileiro. Finalmente, apresenta-se uma síntese conclusiva.

2. A transição brasileira: a configuração do padrão de desenvolvimento capitalista originário no Brasil

A transição ao capitalismo interfere, no decorrer da história, sobre a reprodução social mediante as articulações entre as bases produtivas e as decisões políticas do Estado (Almeida Filho, 2021). Em *O capitalismo Tardio*, João Manuel Cardoso de Mello (1982) formula uma crítica à abordagem da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL³, em relação às transformações sociais que a transição ao capitalismo impulsiona. Para esse autor, a

³ Para Mello (1982), há certo silenciamento por parte da CEPAL em relação às transformações sociais trazidas pelo processo de transição.

industrialização, que impulsiona a transição, é um processo de transformação social, determinado pelas novas relações sociais que emergem com a abolição da escravidão e a oficialização do trabalho assalariado como a norma social.

Nesta perspectiva, a transição foi lenta, periférica e tardia, uma vez que mesmo com o deslocamento do eixo do centro dinâmico e a produção se dando por meio do processo de substituição de importações (PSI), a industrialização teve impulsos limitados por conta da dependência de bens de capital e do constrangimento de divisas. De todo modo, o debate da transição busca apreender contradições entre a base econômica e as estruturas sociais. Há contribuições relevantes sobre este aspecto na literatura do pensamento social e econômico brasileiro (Almeida Filho, 2021).

Especificamente na teoria marxista da dependência (TMD), considera-se a “transição” como resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo global, hierarquizado, no qual há limites estruturais para as economias / países subordinados (Santos, 2015). Santos vê o processo de desenvolvimento na América Latina como dependente, determinado pelas pretensões do grande capital internacional. Dessa forma, mediante as mudanças do capitalismo e do processo de valorização do capital, o autor chega à conclusão de que a dependência é acompanhada por uma tendência à exclusão social e à concentração de renda / riqueza, reproduzindo tendencialmente desigualdades. Com isso, as políticas sociais voltadas para a camada excluída da população, de baixa renda, ficam comprometidas. O autor percebeu também que o desenvolvimento dependente e associado é hostil para com a periferia. Este, ao invés de proporcionar desenvolvimento com algum potencial de progresso, retroalimenta os problemas do subdesenvolvimento, gerando mais concentração de renda, exclusão social e atraso tecnológico.

Ainda dentro dessa concepção teórica, Marini (2000) afirma que o capitalismo dependente é estruturalmente deformado, baseado na superexploração da força de trabalho. Esta superexploração do trabalho consiste em o valor da força de trabalho⁴ fica recorrentemente abaixo do custo de sua reprodução. Esta característica estrutural afeta a economia como um todo, debelando o consumo, o mercado e a demanda interna. Portanto, a acumulação no Brasil se dá de maneira peculiar, incompleta e desarticulada, por conta da superexploração do trabalho e da concentração de renda.

⁴ Depreende-se salários.

Na discussão da transição, a contribuição de Celso Furtado (1978, 2009) pode ser sintetizada na afirmação de que uma estrutura econômica incompleta e desarticulada pressupõe a dependência. Isto é, reflete uma economia com estrutura dualista, que seria a principal característica de um país subdesenvolvido. A dependência faz com que os investimentos não se vinculem dinamicamente à economia local, implicando em subemprego dos fatores de produção. Então, uma estrutura dual, a partir da dependência, configura contradição entre segmentos modernos e atrasados (Furtado, 2009). Além disso, haveria desarranjo entre a disponibilidade de recursos e a combinação tecnológica compatível com os interesses de desenvolvimento produtivo do país. Nesse sentido, o dualismo implica também no desalinhamento da disponibilidade de recursos e fatores e, conseqüentemente, de tecnologia.

Essa forma de reprodução social estabelecida estruturalmente acompanha as distinções e tensões de classes por ela influenciadas, isto é, tece as estruturas sociais. Nesse sentido, essa dinâmica possui como característica a exclusão de classes das políticas de Estado, que é o regulador social e controlador da reprodução da riqueza. Tem-se, assim, essa estrutura conformada no plano político que reafirma a tendência da acumulação de capital dentro da sociedade, gerando tensões e contradições. Assim, a partir das contribuições dos autores que se debruçaram sobre a transição, depreende-se que há um padrão de (sub)desenvolvimento capitalista no Brasil com características estruturais que afetam a reprodução da dinâmica social. E pode-se concluir que esse padrão de desenvolvimento é dependente, excludente, e particularmente concentrador de renda

3. O debate da Estagnação

3.1 Celso Furtado e a tendência estrutural para a estagnação

A vasta contribuição de Celso Furtado aponta para o fato de que o subdesenvolvimento não é uma etapa para o alcance do desenvolvimento econômico, pelo contrário, é tratado como uma condição histórica (Furtado, 2009, p.148), que está ligada às estruturas econômicas e sociais constituídas, não apenas na formação econômica interna, mas considerando também as dinâmicas impostas pelo capitalismo internacional. A apreensão da natureza dessas estruturas subdesenvolvidas deveria ser buscada no contexto histórico, o que define o método histórico-estrutural. Seus estudos, identificados com os da CEPAL, ampliaram os elementos analíticos acerca da dependência externa, centrados na teoria da deterioração dos termos de troca (DTT), e nos efeitos específicos da industrialização por meio do Processo de Substituição de

importações (Furtado, 1978). Desses elementos analíticos, o mais polêmico talvez seja o da tendência à estagnação econômica na periferia latino-americana, determinada em grande parte pela forte concentração de renda / riqueza, engendrando um padrão de consumo incompatível com o perfil produtivo resultado da industrialização por substituição de importações. Em outras palavras, a modernização da economia e a expansão da produção interna que o PSI provocava encontrava limites na capacidade de absorção interna, mantendo e aprofundando a dependência externa. Sendo assim, o crescimento e o desenvolvimento encontrariam limites, uma vez que embora haja um esforço para auferir progresso tecnológico através da industrialização, este não encontraria mercado, além de manter um significativo excedente de mão de obra

Após o golpe militar de 1964, Celso Furtado avança na sua formulação do subdesenvolvimento e dos seus determinantes. Ele percebeu que, mesmo com o crescimento e a industrialização, as estruturas arcaicas persistiam e se modernizavam, como a desigualdade e a concentração de renda. Desta forma, Furtado passa a ter a compreensão de que o subdesenvolvimento também perpassa por decisões políticas que movem as decisões do Estado, que, sendo o regulador social e dos meios de produção de riqueza, se mostra conveniente com o modelo desigual, pois, ao invés de mitigar, antes a reforça.

Em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1968), já na sua segunda fase de pensamento⁵, Furtado chama atenção para a necessidade de uma ideologia do desenvolvimento, reafirmando seu compromisso com a luta pela superação do subdesenvolvimento, em uma conjuntura em que o autor está preocupado com o futuro dos países latino-americanos. De maneira resumida, sustenta que o desenvolvimento capitalista avançado viria acompanhado do avanço das forças produtivas em conjunto com transformações das estruturas sociais e de instituições. Ao contrário disto, o subdesenvolvimento seria uma realidade histórica na qual, ainda que se tenha contato com o progresso tecnológico trazido pela industrialização, este não geraria os impactos esperados de crescimento e estabilidade social (Furtado, 1968) e, portanto, não poderia repetir os processos dos países centrais.

Para ele, as estruturas sociais arcaicas típicas do subdesenvolvimento impedem que o progresso tecnológico absorva excedentes de mão-de-obra, impulsionando tensões sociais que

⁵ Para fins de delimitação histórica, parte-se da premissa de que o pensamento do autor, se divide em duas fases, se considerado o contexto histórico em questão, mais particularmente das mudanças econômicas e políticas vivenciadas no Brasil e na América Latina entre as décadas de 1950 e 1970. A primeira fase consistiria no período de 1949 a 1964, que abarca o período em que Furtado esteve junto à CEPAL, em que seu pensamento se confunde ao da entidade, bem como à frente da SUDENE e do Ministério do Planejamento do governo João Goulart. Já a segunda fase consistiria no período pós-golpe de 1964, durante seu exílio.

pudessem gerar mudanças no processo de distribuição da renda. Pelo contrário, não houve um processo de desenvolvimento em que o crescimento fosse acompanhado da inclusão da coletividade nos ganhos de produtividade. Portanto, o processo de industrialização orientado pelo Estado, que supostamente levaria à superação de antagonismos sociais, teria ficado apenas no imaginário desenvolvimentista.

No caso da América Latina, a industrialização por meio do PSI teve foco na diversificação da oferta para atender a uma suposta demanda em expansão, liderada por segmentos industriais cuja tecnologia era poupadora de mão de obra. Assim, tal padrão tecnológico restringia a capacidade de aglutinação dos fatores de produção capital e trabalho em prol do aumento do produto social (Furtado, 1968). Então, esse crescimento mediante ao PSI, que se deu de maneira específica na região, agravou certos problemas econômicos, tendo em vista a dimensão restrita do mercado interno (Furtado, 1978). Um agravante foi a subordinação que se consolidou aos padrões tecnológicos dos países centrais, no sentido de que houve a formação de um mercado nacional orientador das decisões de investimento nacional, porém incompatível e inviável aos interesses da coletividade (Furtado, 1968, p. 9). Aliás, o próprio desenvolvimento do capitalismo na América Latina não formou sistemas autônomos para gerar crescimento, estabelecendo uma periferia econômica global (Furtado, 1978).

Isso fica evidente a partir do processo da industrialização na região, em que houve ampla utilização de crédito internacional para alavancar investimentos privados e de estatais, o que provocou problemas no Balanço de pagamentos dos países, tendo em vista a contrapartida da entrada de capitais que é a remessa de lucros, juros e dividendos ao exterior. Além disso, como já apontado, a industrialização exigia assimilação tecnológica, que se deu por meio da transnacionalização, via empréstimos e entrada de multinacionais (Furtado, 1978, p. 224).

A partir desse processo, o controle das decisões técnicas e econômicas de investimentos e geração de empregos fica diretamente ligado às matrizes das multinacionais. Furtado (1978, p. 225), neste sentido, menciona dois tipos de controle que o capital estrangeiro teria sobre as economias latino-americanas: o controle acionário e o controle da racionalidade econômica, sendo que ambos implicam que as decisões ficavam circunscritas dentro do conjunto de estratégias e interesses da matriz estrangeira e não aos interesses nacionais. É importante destacar que esse controle estrangeiro se deu, em sua maior parte, nos setores dinâmicos da

economia, tendo em vista que tal associação com o centro financeiro e decisório foi indispensável para a obtenção de algum grau de progresso técnico (Furtado, 1978, p.227). Vale ainda destacar que esse arcabouço gera impactos significativos na distribuição de renda, operando em desfavor da taxa de acumulação e dos investimentos⁶. Portanto, fica claro como esse processo poderia vir a se tornar hostil para com a demanda agregada de uma economia com essas estruturas.

Celso Furtado já tinha percebido como o processo de formação econômica na região havia criado estruturas arcaicas, que foram preservadas e modernizadas, com destaque ao que ele aponta como principal problema, que é a concentração de renda (Furtado, 1978, p.58,59), herança da formação social promovida pelo processo de colonização e escravidão. Essas estruturas conformaram atrasos nos padrões de divisão do trabalho, limitaram o tamanho de mercado, formando uma demanda deformada, no sentido de que novas organizações da produção, com o processo de industrialização, foram coexistindo com essas estruturas arcaicas. Uma característica estrutural de uma economia subdesenvolvida dependente para Furtado, nesse raciocínio, ainda era o dualismo estrutural. E para ele, foi no processo histórico, em contato com as economias centrais, que se criaram as economias dualistas, uma vez que essa integração não se deu de maneira equilibrada. Então, diferentemente das economias desenvolvidas, não haveria esforços significativos para a distribuição funcional da renda, na qual os salários reais aumentassem pelo menos em nível da produtividade. Nesse sentido, entendia ele que um baixo dinamismo econômico provocado por essas estruturas arcaicas poderia vir a ser superado mediante a superação de antagonismos sociais historicamente formados.

É justamente a estrutura dualista que caracteriza o subdesenvolvimento. Esta é marcada pela convivência entre uma parte “moderna” e “avançada” economicamente, sendo mais próxima do que se entende por capitalismo avançado, e outro setor atrasado, ou arcaico, que não é afetado pelo setor avançado. Mas, é importante frisar, que segundo o próprio Furtado (1983), esses setores não são antagônicos entre si, mas sim interdependentes, no que se refere à manutenção de estruturas arcaicas e pré-capitalistas para sua própria manutenção. Esses dois setores então operam simultaneamente, no sentido de que o impacto de um novo investimento em uma economia dualista, depende de como a renda gerada no avançado se integre dentro da coletividade. Nesse caso, um investimento não seria capaz de se integrar dinamicamente à

⁶ Pois, no argumento do autor, o PSI em um mercado com limitações de dimensão implicaria em aumento dos preços dos bens de capital, sendo assim um processo custoso, desestimulando investimentos.

economia, tendo em vista que não consegue absorver a mão de obra, gerar empregos e salários reais que agregue o setor atrasado.

Portanto, o nível de emprego, tanto da mão de obra, quanto dos fatores de produção perde importância relativa, por seu nível ser insuficiente para integrar o setor atrasado aos ganhos de produtividade. Dessa maneira, o avanço dos investimentos, mesmo que ocorra em uma economia subdesenvolvida embora industrializada, não irá modificar estruturalmente a economia por ser dual. Fica evidente, então, que em uma economia desenvolvida, o sistema absorveria os ganhos da mão de obra e da produtividade, o que não pode ocorrer em uma estrutura dualista, pois, como citado anteriormente, os investimentos não se vinculam dinamicamente à economia local.

Isso também vale para a insuficiência da absorção da mão de obra, já que os salários continuariam atrelados ao necessário apenas para a subsistência, sem aumentos reais, mediante distribuição funcional da renda. Isto implicaria numa diminuição do multiplicador, pois o progresso tecnológico não seria desenvolvido de maneira endógena. Nota-se, então, que o avanço industrial e o crescimento da atividade podem coexistir com o subemprego dos fatores⁷. Isto, por sua vez, gera uma estrutura ocupacional pouco dinâmica, pois mesmo com o avanço industrial, a população ficaria de fora dos ganhos da renda que serão gerados. A estrutura dualista e subdesenvolvida é, dessa forma, excludente. E essa exclusão impede a continuidade do ritmo de acumulação de capital (Furtado, 1968).

Uma variável importante, que merece atenção e destaque nesse esquema, é a relação produto-capital, proposta por Furtado para explicar a estagnação. O produto-capital diminuiria na medida em que os investimentos feitos pela industrialização baseada no PSI fossem intensivos em capitais, uma vez que aumentaria a relação capital por trabalhador, o que reforça a ideia do excedente estrutural da mão de obra. Com a diminuição da relação produto-capital, a economia como um todo deixaria de manter o ritmo de acumulação de capital, ou, o que é o mesmo para Furtado, deixaria de manter o ritmo de agregação de poupança. Por conseguinte, essa desaceleração da acumulação tenderia a diminuir as taxas de lucros e os níveis dos investimentos. Uma forma de compensar esta tendência é incrementar ainda mais o ritmo da acumulação naquelas indústrias nas quais o capital estrangeiro atua⁸. No entanto, a

⁷ Corroborar para isso o fato de que as inovações das empresas nacionais ficam submetidas a tentar aproximar sua estrutura de custos das dos países desenvolvidos e não no sentido de absorver o setor atrasado para aumentar sua produtividade.

⁸ A dependência também se faz presente no esquema e pressupõe a estagnação, para além do dualismo.

compensação viria por meio de mais concentração de renda. Elucidando melhor esse esquema, nas palavras do autor,

A tendência ao declínio da taxa de poupança poderia, contudo, ser anulada por aqueles fatores que estão atuando simultaneamente no sentido de aumentar a concentração de renda. A concentração de renda ao orientar os investimentos para as indústrias com elevado coeficiente de capital, tem efeitos similares ao da penetração da tecnologia poupadora da mão de obra. (...) Em qualquer caso, ocorre uma concentração de renda, o que elevará a taxa de poupança, podendo neutralizar a tendência indicada. Sendo assim, para aumentar o produto se fazem necessários insumos crescentes de capital e decrescentes em mão de obra, donde se conclui que, para uma taxa estável de crescimento do produto, corresponde uma declinante absorção da mão de obra e outra ascendente de poupança. (...) Desta forma, o êxito que no Brasil teve o PSI constitui o reverso do fato de que foi nesse país que o desenvolvimento beneficiou a uma menor parcela da população e criou as mais agudas tensões sociais. Essas tensões, alcançando um ponto crítico, teriam que afetar adversamente o processo de crescimento (Furtado, 1968, p. 84,85).

O crescimento balizado pela desigualdade encontra limitações no sentido de que a demanda deformada⁹ é preservada e caminha orientando-se para setores de menor produtividade (Furtado, 1968, p. 79,80). Na totalidade, isso implica no fato de que se forma uma estrutura de oferta que pode vir a ser relativamente acompanhada pelo progresso técnico, ainda que de maneira associada, mas que não encontra uma estrutura de demanda compatível, que absorva o que está sendo produzido. Justamente pela população não ser integrada nos ganhos da produtividade. Dessa maneira, o estabelecimento de uma indústria de bens de capital acompanhada de concentração de renda limita mercados consumidores e, conseqüentemente, o crescimento global, uma vez que esse mesmo esquema propicia nova concentração de renda para preservar as taxas de lucro (Furtado, 1968, p.86).

As estruturas arcaicas, atreladas a um contexto de penetração de setores avançados do capitalismo, promovendo industrialização e progresso técnico, implicaria no fato de que um aumento da produtividade ocorreria paralelamente à diminuição do trabalho na renda global (Furtado, 1978, p. 66). Isso porque o nível de demanda, que é determinante do ritmo de acumulação da renda, já está previamente condicionado e restrito pela concentração de renda.

⁹ A demanda deformada seria aquela resultante do consumo interno insuficiente frente à dinâmica de uma economia modernizada. Essa seria influenciada pelo subemprego do fator trabalho, que implica nesse mercado consumidor incompatível com as estruturas de oferta constituídas pela industrialização.

Isso faz com que a industrialização tenha efeitos desiguais, por ter penetrado em mercados de tamanhos limitados por estruturas desiguais e concentradoras. Assim, embora ocorra um processo de industrialização, ainda serão preservados níveis consideráveis de desigualdade, desemprego, além de alimentar as estruturas subdesenvolvidas. Tudo isso implica em problemas de instabilidade no plano social, levando o autor a compreender que esse processo está ligado ao marco político que corrobora para o subdesenvolvimento, significando que

A estagnação econômica engendra o enfraquecimento do marco político e a perda progressiva da capacidade de autodeterminação, o que por seu lado limita a capacidade para superar os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento (Furtado, 1968, p.17).

Essa citação elucida o argumento de que esse padrão de crescimento e de subdesenvolvimento leva à estagnação, não apenas no sentido econômico, como também no aspecto do próprio desenvolvimento, uma vez que esse é funcionalmente excludente em prol de um suposto crescimento. Constrói-se, dessa forma, uma demanda insuficiente na articulação das atividades produtivas, já que existem descontinuidades no nível de demanda causada pela concentração de renda e pelo excedente estrutural da mão de obra, que ocorrem paralelamente à acumulação de capital. Em outras palavras, os salários não acompanham os níveis de produtividade, que são significativamente maiores. Esse cenário, em conjunto com a dependência, a qual gera um desenvolvimento orientado para fora, agrava as instabilidades sociais desse processo já sobremaneira adverso. Ora, esse padrão de (sub)desenvolvimento em questão já provoca nítidas tensões sociais e a formação de forças supranacionais corrobora para a manutenção de estruturas do tecido social, que sejam favoráveis ao próprio modelo.

Esse movimento de modernização de estruturas arcaicas, com evidente destaque para o excedente estrutural de mão de obra, implicou em problemas significativos no plano social, com agravamento dos antagonismos de classes. Isto leva o autor a questionar sobre quais opções restariam para uma nação nesses moldes se desenvolver, para incorporar progresso tecnológico e participação social nos ganhos de produtividade. É a partir disso, inserido no contexto pós-golpe de 1964, que o autor passa a perceber que esse objetivo poderia vir a ser alcançado por meio de articulações políticas conjuntas que pudessem desafiar as estruturas de poder.

Se a análise do processo histórico latino-americano leva à conclusão de que, abandonadas ao *laissez-faire*, as economias da região tendem à estagnação e, por outro lado, de que os métodos de ação baseados na dialética da luta de

classes resultam ser estéreis, caberia indagar que opções se apresentam à ação política orientada para a satisfação das aspirações coletivas, sabidamente polarizadas pelos ideais do desenvolvimento econômico e da modernização social (...) Como alternativa, surge a perspectiva de uma política visando a consecução do crescimento econômico e da modernização social, mediante modificações no processo de organizações da produção que tornem possível racionalizar a assimilação das novas técnicas em função do interesse social (...) trata-se, por conseguinte, de modificações profundas, decorrentes de uma redefinição das funções do Estado que somente poderá realizar-se com o apoio de movimentos políticos de grande amplitude, capazes de alterar as bases atuais das estruturas de poder(...) Esse tipo de política racional de desenvolvimento, provocando conscientemente modificações nas estruturas sociais, dificilmente pode ser promovida pelos grupos dominantes usufrutuários dos privilégios criados pelas velhas estruturas (Furtado, 1968, p.14-15,35).

Essa “política racional de desenvolvimento” se faz valer à medida que se percebe que a estagnação social e econômica implica no enfraquecimento da capacidade política de autodeterminação nacional, limitando a superação do subdesenvolvimento. Percebe-se, portanto, que a estagnação mencionada por Furtado não diz respeito apenas à desaceleração do crescimento econômico causado pelas deformações de demanda. Mas, de uma estagnação do próprio processo de desenvolvimento, pelas limitações políticas que deságuam no Estado, e que o impedem de liderar e implementar as medidas necessárias para a superação do subdesenvolvimento. Furtado (1978, p.104) afirma que a forma de financiamento e destinação dos gastos do Estado consolidam a distribuição de renda, tornando-a ainda mais concentrada. Vislumbra-se, assim, um círculo perverso de estagnação e crescimento localizado.

De acordo com Furtado (1968, p.101-105), o progresso técnico foi incorporado sem uma classe industrial dirigente que fizesse frente aos interesses tradicionais das oligarquias, que pudesse alterar a estrutura política fundamentada no patrimonialismo. Diante disso, os interesses tradicionais e conservadores continuaram a prevalecer no âmbito político do Estado, ainda que a custa de golpe, como foi o de 1964. Furtado passa a considerar, assim, que um poder legítimo comprometido com alterações de estruturas que visasse superar o subdesenvolvimento era inviável, dentro do marco institucional dos países latino-americanos. Portanto, as estruturas sociais e políticas reacionárias impediriam que o marco institucional e político do Estado atuasse em prol do desenvolvimento. Sobre isso, Furtado afirma que

A alternativa a uma instabilidade crescente, aberta ou potencial, está na introdução de modificações na estrutura social, que terão de ser mais profundas com o correr do tempo perdido. Uma sociedade exposta à penetração da técnica moderna que se mostra incapaz de criar em sua classe dirigente elementos aptos para liderar a reformas das estruturas sociais, não constitui necessariamente um sistema com possibilidade de preservar seu status quo. Contudo, existe alta probabilidade de que o custo social das transformações requeridas aumente, se condições históricas particulares permitem revigorar forças que a elas se opõe (Furtado, 1968, p.106,107).

O desenvolvimento, assim, era restringido pelas instituições e pelo *modus operandi* da política nacional, que não tinham condições de promover uma autêntica política de industrialização. Dessa forma, não haveria condições viáveis para se assegurar a continuidade do desenvolvimento porque o Estado até poderia operar em prol do crescimento, mas isso implicaria em elevado custo social. Então, pode-se afirmar que o modelo de crescimento e de (sub)desenvolvimento dos países periféricos latino-americanos era baseado nas mais variadas e nefastas formas de desigualdade. O fim seria a estagnação em seus múltiplos sentidos no tecido social e econômico. Isso significa que a estagnação, para Celso Furtado, apresentava dimensões estruturais.

Mais que isso, limita a percepção de nacionalidade e o vislumbre de nexos morais e culturais do desenvolvimento como força política. O Estado ficaria apenas com uma função meramente técnica e esvaziada de propósitos de orientação do desenvolvimento nacional (Furtado, 1978, p.45).

É fácil inferir que na América Latina o desenvolvimento não poderá ser simples resultante das forças que operam espontaneamente nos mercados. Somente a ação consciente e deliberada de órgãos centrais de decisão poderá levar adiante esse desenvolvimento. O que se chama correntemente de a "revolução latino-americana" consiste na tomada de consciência desse problema e num esforço, ainda que disperso e descontínuo, visando criar um sistema de instituições políticas capazes de superintender as mudanças sociais sem as quais o desenvolvimento não será viável. (Furtado,1978, p.40.)

Fica claro, assim, que a superação dos condicionantes do subdesenvolvimento exigia ação política e deliberada do Estado. Contudo, com outra configuração, em que as disputas entre forças sociais se desse em favor de decisões independentes de particularismos. Não como uma instituição apolítica ou desarticulada com as tensões sociais e conflitos de classes. Mas,

como o campo onde essas tensões possam gerar processos de decisões autônomas a fim de resolver os problemas históricos.

3.2 O avanço do debate e aportes introdutórios sobre a estagnação

O artigo *Além da estagnação* (1972), de Tavares e Serra, trata do estilo de desenvolvimento que o Brasil estaria vivenciando no período dos anos 1960, em diálogo com as proposições de Celso Furtado acerca da estagnação. Os autores partem da premissa de que a economia brasileira apresentava particularidades, cujos elementos principais se sustentavam na difusão e incorporação do progresso técnico. Ao contrário do que afirmava Furtado (1968), os autores enxergavam a perda do dinamismo da industrialização capitaneada pelo PSI como uma fase do desenvolvimento brasileiro. Nela, mesmo com subemprego dos fatores de produção e baixa produtividade do trabalho, havia espaço para criar impulsos de expansão, como aqueles que as reformas do PAEG engendraram.

A crítica ao modelo de estagnação de Furtado se dá em duas vertentes. A primeira, em relação à falta de rigor teórico-metodológico (Salm, 2011) que supostamente o autor teria quando utilizava a relação produto-capital como indicador de perda de dinamismo. Para Tavares e Serra, essa relação não seria condizente com atrofia de demanda, considerando que o investimento seria a variável chave. Os autores se valiam de argumentos teóricos keynesianos para afirmar que a taxa de lucro esperada era a variável a ser considerada. Assim, a relação produto-capital seria insuficiente para explicar a estagnação.

A segunda vertente tratava de uma interpretação conjuntural, pois aquela era a quadra histórica do milagre econômico, que estava longe de caracterizar estagnação. De acordo com Tavares e Serra (1972), os problemas de demanda e de financiamento que a economia apresentava na década de 1960 tinham sido resolvidos por concentração da renda, com a compressão de salários. O financiamento próprio do capital privado se dava sobretudo mediante o regime salarial do período que, com o arrocho salarial imposto pelas reformas, diminuiu os custos com salários. Além disso, a inflação, alimentada pela indexação, atuava como mecanismo de concentração de renda em favor das grandes empresas, o que preservava as margens de lucros.

De todo modo, o relevante a reter é que a ação governamental caminhava no sentido de subsidiar e agir em favor dos lucros privados, incluindo financiamento ao investimento

privado a juros baixos, via BNDE. Outro instrumento relevante foi criado pela Instrução 113 da SUMOC que permitia a entrada de capitais externos sem cobertura cambial.

O argumento central de Tavares e Serra (1972) é o de que a economia brasileira poderia ter dinamismo, ainda que se preservasse as estruturas arcaicas, com concentração de renda, desigualdade, dependência¹⁰ e exclusão social. Isto significava afirmar que o padrão de desenvolvimento dependente, desigual, apontado tanto pelo debate da transição quanto pela contribuição de Celso Furtado, não resultava necessariamente em estagnação.

No entanto, é necessário ressaltar que o debate coloca em lados opostos as contribuições de Furtado e as de Tavares & Serra no que se refere à estagnação econômica. Contudo, em termos de preocupações sociais, políticas, as diferenças não chegavam a uma oposição. Como colocado anteriormente, a crítica teórica feita por Tavares e Serra tem validade acadêmica, pois Celso Furtado é um autor tipicamente autodidata, cuja preocupação central é sustentar ações do Estado em prol do desenvolvimento econômico e social. Quanto à dimensão estrutural, havia elementos que foram reforçados na crítica, numa postura de superação dialética. Parece-nos evidente que Tavares e Serra corroboravam os elementos postos por Furtado na dimensão estrutural, em nível de diagnóstico da economia brasileira, mas não viam esta situação como insuperável na perspectiva da dinâmica econômica, o que é reforçado pelo contexto histórico do debate em questão.

Celso Furtado está olhando para o subdesenvolvimento a partir da dimensão estrutural da economia e sociedade brasileiras, enquanto os outros autores tinham preocupações conjunturais, partindo do momento de expansão particular do milagre. Como apontado, a estagnação para Furtado possui dimensões estruturais, o que conota perspectiva de sustentabilidade de crescimento de longo prazo, que seria inviável com as estruturas por ele abarcadas. Ou seja, Celso Furtado não afirma que não poderia haver crescimento econômico com um padrão de crescimento desigual e concentrador de renda. Na realidade, o autor afirma que este modelo é inclusive funcional para o seu crescimento, o que é até endossado por Tavares e Serra. No entanto, o autor alerta para os limites desse padrão ao próprio crescimento e também para as possibilidades de desenvolvimento, no que se refere às superações dos

¹⁰ Nesse aspecto, a contribuição dos autores se aproxima das teses do desenvolvimento dependente e associado propostas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Ademais, existe também uma contradição com as ideias dos dependentistas marxistas como Marini e Santos.

antagonismos sociais historicamente formados, o que perpassaria obrigatoriamente por uma distribuição mais igualitária da renda e inclusão da população nos ganhos de produtividade.

Além disso, Furtado possuía a intenção de mostrar como que, estruturalmente, uma industrialização intensiva em bens de capital poupadores de mão de obra, em uma esfera social com a formação histórica como a da América Latina, seria inviável ao desenvolvimento. Isso se explica mediante a percepção de que o autor consegue articular dimensões históricas, estruturais e vieses políticas da determinação do subdesenvolvimento, bem como perceber o lugar do Estado e de entidades supranacionais. Sendo assim, questiona-se o alcance estrutural da análise de Tavares e Serra para a superação do subdesenvolvimento, pois parece que os autores vislumbram certo convívio com as estruturas desiguais e concentradoras.

4. A insuperável herança do padrão de desenvolvimento histórico: observações a partir do debate sobre estagnação

Como visto até aqui, o debate sobre a tendência à estagnação da economia brasileira nos anos 1960/1970 foi travado por argumentos construídos, ao menos em parte, em níveis de abstração distintos. Os argumentos formulados no mesmo nível de abstração diziam respeito ao princípio da demanda efetiva, alicerçados na ideia da primazia do gasto sobre a renda, ou da primazia do investimento sobre a poupança. Os outros argumentos apresentados por Celso Furtado ficaram “esquecidos” pela circunstância do final dos anos 1960 (COUTINHO, 2015).

A posição “vencedora” de Tavares e Serra (1971) mostrava que as expectativas de investimento com níveis de rentabilidade relevantes e atrativos ao capital superava os elementos estruturais de limitação do mercado interno. Furtado (1968), como sabemos, utiliza argumentos clássicos, com liberdade e ecletismo teórico, de modo que valoriza os níveis de poupança na determinação tendencial dos investimentos. Mas, como é importante levar em consideração o contexto histórico do debate, Tavares e Serra (1971), valendo-se da conjuntura de crescimento da economia ao final dos anos 1960, partem do período que viria a ser conhecido como do “milagre”, mostrando que havia espaço para o crescimento, ainda que não vislumbrassem progresso extensivo ao conjunto social em horizontes futuros.

Neste aspecto, o debate reedita, em outros termos, um outro travado pelos dependentistas no mesmo período, com participação de José Serra. Os dependentistas marxistas, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, cujos argumentos

foram formulados na militância política, na maior parte do tempo clandestina, mostravam que o capitalismo que havia se estabelecido na América Latina, e (claro!) no Brasil, era deformado pela existência estrutural da superexploração da força de trabalho. Esta condição implicava em dinâmica limitada, com exclusão social e baixo dinamismo, se comparada com a dos países capitalistas desenvolvidos, nos quais a dinâmica econômica, no auge cíclico, ocupava o total da força de trabalho. Uma dinâmica como esta apresentava maiores ganhos sociais relativos em relação à periferia latino-americana.

A crítica de Cardoso e Serra (1977) apontava fragilidade teórica nos argumentos, valendo-se de fundamentos do que hoje chamamos de “marxismo acadêmico” e de argumentos empíricos que contestavam a validade da existência da superexploração da força de trabalho como característica estrutural. Argumentavam que o tema da dependência não configurava um objeto teórico, pois parte da discussão alcançava a “dimensão política”, tanto no que diz respeito à estrutura social, quanto a características do Estado. Por isto, argumentavam, apenas, da existência de “situações de dependência”, que deveriam ser estudadas na sua especificidade. Era uma crítica liminar, que uma vez aceita, demolia os argumentos mais de fundo dos dependentistas marxistas, que afirmavam a impossibilidade de progresso social inclusivo.

Particularizando o argumento para o caso do Brasil, argumentavam Cardoso e Serra (1977) que havia espaço para desenvolvimento capitalista com conteúdo de progresso, ainda que não fosse de dimensão a superar o hiato de desenvolvimento entre o Brasil e os países desenvolvidos. Esta posição ficou conhecida na literatura como a do “capitalismo associado” (Traspadini, 2014).

Ambos os debates não prosperaram nos anos 1970. O de Furtado e Tavares & Serra pelas condições concretas de crescimento, não só as do período do ‘milagre’ (1968 a 1973; 11, 4%), como também o do restante da década: em 1980 a economia cresceu 9,2%; e 7,09% em média de 1974 a 1980. O de Cardoso e Serra versus Marini/Bambirra/Theotonio pela imposição da clandestinidade que a repressão militar impôs a todos que combatiam a ditadura brasileira. Ademais, neste caso, a proposição era de superação do capitalismo, numa quadra histórica de Guerra Fria, com ampla vantagem política a posições pró capitalismo na região. Há na literatura acadêmica argumentos que sustentam que as posições dos marxistas dependentistas foram interditas (Luci, 2018: 11, nota 5). Uma prova disto é a ausência de publicações desses autores em português.

Entende-se, nesse raciocínio, que é possível aproximar as posições de Tavares e Serra (1971) das de Cardoso e Serra (1977) em favor do “capitalismo associado”. Em ambos os casos, trata-se de argumentar que, não obstante as condições concretas adversas, sejam elas políticas ou econômico-estruturais, era possível dinamismo com progresso social, ainda que não extensivo ao conjunto social. A razão fundamental para recuperarmos o debate sobre a estagnação é que nele se apresentam argumentos que não são de ruptura com o capitalismo, mas que coincidem com argumentos dos dependentistas marxistas quanto à sua natureza de deformação social. Está muito claro na trajetória intelectual e na militância institucional de Furtado, que sua opção sempre foi de regular o capitalismo pela via do Estado, pelo menos em publicações até os anos 1990, e daí em diante, pela via de uma regulação supranacional.

Dois são os argumentos básicos estruturais levantados por Furtado para justificar a tendência estrutural à estagnação. O primeiro é o da inadequação do perfil da economia que se formou ao final da transição ao capitalismo, com o Plano de Metas, ao padrão de consumo nacional da maior parte da população, dependente, excludente e concentrador de renda. Este é um argumento similar, em outros termos, daquele utilizado pelos dependentistas marxistas ao apontar a deformação do capitalismo brasileiro (e latino-americano). A superexploração tem natureza estrutural referenciada na formação do mercado de trabalho no Brasil, em níveis abaixo do custo de reprodução da força de trabalho, e no excedente estrutural de trabalho, configurado num exército industrial de reserva comparativamente elevado e permanente. O segundo é o da incapacidade de se gerar endogenamente progresso técnico capaz de aproximar o perfil da economia das condições de consumo brasileiras; e evidentemente incapaz de interferir no padrão de consumo global.

A posição do “capitalismo associado” passou a representar o campo crítico da economia nos anos seguintes. Nos anos 1970, parte dos elementos colocados nos anos 1960 se perdeu em favor de outra discussão, conhecida como a ‘controvérsia sobre a distribuição de renda no Brasil’, mostrada no livro de mesmo nome, organizado por Tolipan e Tinelli (1975). Tavares escreveu um dos capítulos deste livro mostrando os limites da dinâmica brasileira, sem alcançar os elementos colocados pelos outros dois debates que foram mencionados.

O capítulo escrito por Tavares é um dos seus artigos mais importantes e criativos. Nele, ela detalha melhor um conceito central na sua análise histórica do processo de transição ao capitalismo no Brasil: o de padrão de acumulação. Este conceito antecipa elementos do que

viria a ser a Escola da Regulação Francesa (Possas, 1988)¹¹. Ele está descrito e confrontado com outros dois conceitos semelhantes, porém colocados em outros níveis de abstração: os de padrão de industrialização e padrão de desenvolvimento (Almeida Filho, 1993). Para Tavares, a definição de padrão de acumulação é de uma articulação (complexa) entre o processo de diferenciação da estrutura produtiva (investimentos) e uma determinada distribuição de renda. Este conceito é utilizado por ela para mostrar as etapas do processo de transição ao capitalismo no Brasil. São ao menos três os padrões de acumulação históricos no Brasil: o primeiro, aquele da etapa inicial de industrialização, no qual o complexo cafeeiro é o eixo dinâmico da economia. O segundo, o do período de substituição de importações, no qual a economia ainda não é capaz de autonomização relativa do processo de acumulação, pela insuficiência de produção de bens de produção, mas que já tem a indústria como seu eixo dinâmico. E o terceiro, o do padrão de acumulação que resulta do processo concluído de transição ao capitalismo, que seria justo aquele que existiria na conjuntura em que Tavares e Serra (1971) escrevem o artigo.

Para que possam ser reunidos num só fundamento, os artigos de Tavares & Serra (1971) e Cardoso & Serra (1977) precisam ser apreendidos em outro nível de análise. Este nível de análise precisa capturar não só a dimensão produtiva, colocada pela ideia de padrão de acumulação, mas também aspectos políticos, particularmente aqueles relacionados à forma Estado capitalista. Entendemos que este conceito é o de padrão de desenvolvimento, conforme está definido em Almeida Filho (1994).

Na nossa interpretação, esta construção teórica [padrão de acumulação], embora relevante para caracterizar as etapas do desenvolvimento das forças produtivas, e mesmo para mostrar a natureza diferenciada dos processos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, apresenta restrições importantes. O conceito de padrão de acumulação, dado o plano analítico em que se inscreve, não abrange aspectos essenciais para a compreensão do desenvolvimento histórico-concreto das economias. A análise de departamentos, reelaborada para incluir elementos visíveis e diferenciados do processo de acumulação e de investimentos, não apreende aspectos constitutivos outros que são fundamentais, relacionados à natureza do Estado Capitalista, e imprescindíveis para a compreensão do desenvolvimento das

¹¹ Mário Luiz Possas O projeto teórico da "escola da regulação" – alguns comentários. NOVOS ESTUDOS No 21 - JULHO DE 1988.

economias de industrialização tardia. O conceito de padrão de acumulação é capaz apenas de explicar etapas do desenvolvimento das forças produtivas, mostrando, em cada uma delas, o formato e a natureza imediata da acumulação. Mostra a forma de reprodução do sistema, isto é, a forma de produção e criação de condições para a sua continuidade. Trata-se de um conceito essencialmente "produtivista" que, embora pressuponha outros aspectos relativos à própria definição do conceito de capital, não os explicita. (ALMEIDA FILHO, 1994: 26)

Na nossa interpretação, o conceito de padrão de desenvolvimento busca apreender a natureza do desenvolvimento capitalista, na fase que se segue à industrialização pesada, em dois planos diferentes: o plano da estrutura econômica e o plano da ação política. Ele diferencia-se dos dois outros conceitos - padrão de acumulação e de industrialização - por incorporar explicitamente a ação concreta do Estado e da Sociedade, no que diz respeito à sua qualidade constitutiva de sustentador do sistema, mas, sobretudo, à sua função de coordenador, articulador e empreendedor da acumulação de capital, o que é específico aos países de industrialização tardia. (idem, pag. 32)

Portanto, pelo menos enquanto proposição teórica, o padrão de desenvolvimento apreende elementos suficientes para que tomemos os dois artigos de considerações críticas aos dependentistas (incluindo aí, evidentemente, Celso Furtado) como parte de uma base comum. Ambos os artigos pressupõem que não é possível alterar, pelo menos naquela quadra histórica, as condições estruturais nas quais ocorria a dinâmica de acumulação. O primeiro dos artigos, Tavares e Serra (1971) sustenta que os aspectos estruturais levantados por Celso Furtado não eram empecilhos para o crescimento, uma vez que a variável chave, colocada no âmbito da estrutura econômica, era o investimento agregado, incluindo aí aqueles de responsabilidade do Estado.

O outro artigo, Cardoso e Serra (1977), sustenta que os aspectos políticos, entendidos não apenas como aqueles vinculados à natureza e funcionamento do Estado (forças sociais e correlação de forças sociais), mas também aqueles relacionados à estrutura social (classes, subclasses, estamentos e excluídos), mantinham-se fora de uma perspectiva de transformação social. Enfim, por todos esses argumentos, parece lícito focar o padrão de desenvolvimento histórico e como ele parcialmente se reproduz, não obstante as diversas mudanças em elementos estruturais colocados nos planos interno e internacional.

Considerações finais

O processo de transição da economia brasileira para o capitalismo, ainda em andamento, estabeleceu um padrão de (sub)desenvolvimento. O capitalismo no Brasil possui particularidades e estruturas específicas que conformadas no plano político pela figura do Estado reafirmam uma tendência da acumulação de capital dentro da sociedade que gera tensões e contradições sociais, apontando para o funcionamento e reprodução da dinâmica social e política da economia. E, pode-se concluir que esse padrão de desenvolvimento acarretado pelo processo de transição é altamente concentrador de renda, excludente e dependente.

O debate da estagnação protagonizado por Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e José Serra endossa essa percepção de que o padrão de desenvolvimento é desigual e excludente. Porém, a contribuição de Furtado indica para os limites desse modelo para o crescimento econômico e para a superação do subdesenvolvimento. Já Tavares e Serra afirmaram que poderia haver algum grau de dinamismo e crescimento econômico mesmo que preservadas as estruturas desiguais e concentradoras. Entretanto, o olhar destes autores possui um peso conjuntural do momento histórico que deve ser considerado, enquanto Furtado está preocupado com as dinâmicas estruturais da economia.

No entanto, é importante ressaltar a versatilidade e certo protagonismo do debate da estagnação, dentro do pensamento econômico brasileiro, pela possibilidade de diálogo com vertentes importantes do pensamento crítico, como dos dependentistas. Pois, é possível aproximar as posições de Tavares e Serra (1971) das de Cardoso e Serra (1977) em favor do “capitalismo associado”, já que em ambos os casos, seria possível dinamismo com progresso social, ainda que não extensivo ao conjunto social, resguardadas as estruturas concentradoras de renda e dependentes. Por sua vez, também é possível fazer uma aproximação de posições entre os dependentistas marxistas com a argumentação de Celso Furtado na apreensão da tendência estrutural da estagnação, excluída a forma do argumento. Tendo em vista duas confluências, primeiro no sentido de que a superexploração tem natureza estrutural referenciada na formação do mercado de trabalho no Brasil, em níveis abaixo do custo de reprodução da força de trabalho, e no excedente estrutural de trabalho, configurado num exército industrial de reserva comparativamente elevado e permanente, o que se aproximaria do subemprego estrutural da mão-de-obra. Segundo, através da incapacidade de se gerar

endogenamente progresso técnico capaz de aproximar o perfil da economia das condições de consumo brasileiras, isto é, da renda de integrar dinamicamente à economia, por conta das estruturas concentradoras e dependentes.

Portanto, o padrão de desenvolvimento apreende elementos suficientes para que tomemos os dois artigos de considerações críticas aos dependentistas (incluindo aí, evidentemente, Celso Furtado) como parte de uma base comum. Ambos os artigos pressupõem que não é possível alterar, pelo menos naquela quadra histórica, as condições estruturais nas quais ocorria a dinâmica de acumulação. Isto é, concentração de renda e dependência, acompanhada por exclusão social e autoritarismo.

Por fim, compreende-se que esse padrão de desenvolvimento é de difícil reversão. Ao contrário, tende a se intensificar e aprofundar as mazelas sociais, aprofundando as estruturas subdesenvolvidas. As alternativas a esse padrão, conforme Celso Furtado, viriam dentro do campo político, com alteração nos marcos institucionais do Estado. A política em prol de um real desenvolvimento no Brasil, parece que deve passar por uma política que inclua a população dentro dos ganhos de produtividade e articule dentro do campo político contra a concentração de renda e a dependência externa. Por fim, parece que as variáveis distribuição de renda e autonomia institucional merecem uma atenção especial, politicamente, a fim de superar as tendências à estagnação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA Filho, Niemeyer. **Notas sobre as implicações da natureza do processo de transição ao capitalismo no Brasil para a reprodução da condição de dependência.** Revista da sociedade Brasileira de Economia Política, 59 - edição especial/ mai 2021 – jun 2021.

COUTINHO, Mauricio. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado.** ISSN 1980-5527. Revista de Economia Contemporânea (2015), p.448-474.

ECONOMIA, Ensaios. **Vol.22. N2**, 2008, Uberlândia. Instituto de Economia.

FURTADO, Celso. **A economia Latino-Americana**: formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Companhia Editora nacional. 2ed. 1978.

_____. **Correspondência intelectual** - 1949-2004. Seleção, introdução e notas Rosa Freire d' Aguiar; posfácio Luiz Felipe de Alencastro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009. Economia política e desenvolvimento

_____. Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª edição. Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Editora Civilização brasileira. Rio de janeiro. 3ed. 1968.

_____. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril cultural, 1983.

IBGE. **Sistemas de contas Nacionais**: Produto Interno Bruto. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em dez. De 2022.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência** – problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

POSSAS, M. Luiz. **O projeto teórico da "escola da regulação"** – alguns comentários.
NOVOS ESTUDOS No 21 - JULHO DE 1988.

TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. São Paulo: ZAHAR (1975) .

SALM, Cláudio. O Debate sobre a tendência à estagnação. In. **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico** (p.163-192) brasileiro / Maria Mello de Malta ... [et al.] ; coordenação de Maria Mello de Malta – Rio de Janeiro : Ipea : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da Estagnação: Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In.// **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**, p. 589-608. Tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRASPADINI, R. S.. **A teoria da (inter) dependência de FHC** - ISBN:9788564421639. 01. ed. SP: Expressão Popular, 2014. v. 1.500. 174p .

WASQUES, Renato Nataniel. **O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 78, p. 156-181, abr. 2021.